

Empresas Tecnologia & Comunicações



Internet Organização sugere criação de uma rede de cooperação internacional para combater ameaças

UIT propõe ofensiva contra cibercrimes

Assis Moreira
De Genebra

A União Internacional de Telecomunicações (UIT) está propondo a criação de uma plataforma mundial de cibersegurança para os países defenderem suas estruturas estratégicas, argumentando que as ameaças pela web se tornam um "problema cada vez mais preocupante" em escala global.

Os Estados Unidos tomaram a dianteira, com representantes do governo americano anunciando um projeto para contratar mil especialistas em cibersegurança entre os melhores do mundo nos próximos três anos. Essa equipe inclui analistas, programadores e engenheiros para ajudar na defesa do país contra ameaças pela rede mundial de computadores e proteger a infraestrutura e os sistemas domésticos na área de tecnologia da informação.

O secretário geral da UIT, Hamadoun Touré, já previu que a "terceira guerra mundial pode começar pela internet" e ontem destacou a importância de uma "ciberpaz", permitin-

do aos países cooperarem entre si.

Num debate dentro da programação da "World Telecom 2009", a feira de telefonia e internet realizada em Genebra, o ministro de economia e comunicações da Estônia, Juhan Parts, lembrou os ciberataques sofridos pela infraestrutura de internet de seu país em 2007. Os ataques teriam sido deflagrados da vizinha Rússia, em meio a uma divergência sobre a realocação, pela Estônia, de um memorial de guerra para soldados da antiga União Soviética na capital estoniana.

As diferentes legislações nacionais dificultam o combate a atividades transfronteiras mais comuns na internet, como o "phishing" (uma forma de fraude eletrônica, com tentativas de adquirir informações sigilosas como senhas, números de cartão de crédito etc.). Um analista lembrou que o Reino Unido recentemente sofreu uma onda de ataques de "phishing" a partir do Vietnã, país que não tem norma proibindo essa prática.

Durante a feira em Genebra está sendo apresentado um sistema

apontado por especialistas como o mais avançado em matéria de cibersegurança. Trata-se do Impact (International Multilateral Partnership Against Cyber Threats), que pode identificar rapidamente ciberameaças às estruturas nacionais e tomar medidas de prevenção, segundo diretores da iniciativa, que conta com apoio da UIT. No início do ano, um centro de alerta mundial relacionado ao Impact foi instalado na cidade de Cyberjaya, na Malásia.

"Todos os países são hoje dependentes da tecnologia em todos os níveis da atividade econômica — comércio, finanças, saúde, distribuição de alimentos etc. E desmantelar as infraestruturas estratégicas paralisa rapidamente as nações. Ninguém está ao abrigo de um ciberataque", afirmou Touré, da UIT.

Durante o debate, representantes do setor privado e governos insistiram que os governos precisam melhorar a cooperação internacional para reforçar a segurança na internet e impor medidas mais duras para investigar e prender criminosos on-line.



Hamadoun Touré, secretário geral da União Internacional de Telecomunicações (UIT): importância da "ciberpaz"

Os participantes do debate consideraram que as respostas dos governos aos cibercrimes tendem a ser mais reativas do que proativas, com as autoridades só adotando alguma ação quando os crimes se generalizam. Certos analistas conclamaram os produtores de equipamentos e software a aceitar maior responsabilidade para melhorar a segurança on-line, reforçando a segurança em seus produtos.

Ex-diretor do Federal Bureau of Investigation (FBI), a Polícia Federal dos Estados Unidos, Carlos So-

lari, hoje vice-presidente para questões de segurança na Alcatel-Lucent, disse que as perdas causadas pelos cibercrimes são gigantescas e aumentam a cada ano. A UIT citou uma estimativa de receita acima de US\$ 100 bilhões em 2007 obtida pelo cibercrime, superando os ganhos do comércio ilegal de drogas pela primeira vez.

Eugene Kaspersky, executivo-chefe e fundador da Kaspersky Lab, companhia russa de software antivírus, defendeu a mais dura ação de cibersegurança: a criação de um siste-

ma de identificação global para cada usuário da internet com o objetivo de localizar os criminosos on-line. Outros participantes do evento, porém, consideram a proposta sem futuro, a começar pelos Estados Unidos, local de origem da internet, onde os usuários são céticos sobre controles adotados pelo governo.

Uma representante da indústria de TI disse que um dos problemas é que não há realmente demanda do mercado por software de segurança. Mas para Touré, da UIT, o problema é menos técnico do que político.

Dispositivos para deficientes ganham novas utilidades

Inovação

Reena Jana
BusinessWeek

A Apple é amplamente conhecida por produzir equipamentos muito fáceis de usar e igualmente elegantes. O que os clientes provavelmente não sabem é que algumas dessas funções não são exatamente novas, elas evoluíram a partir de software criado pela Apple para ajudar pessoas portadoras de deficiências físicas a usarem PCs. Entre elas: a nova opção de controle de voz do iPhone, que permite aos usuários falar com seus telefones para produzir uma ação, como dizer "mamãe" ou receber uma resposta oral para perguntas como: "Que música está tocando?"

Essas ferramentas "populares" para deficientes estão se disseminando. A firma de desenvolvimento de software Nuance Communications, por exemplo, inventou uma tecnologia de comando de voz para ajudar pessoas que não conseguem digitar num computador. Atualmente, os algoritmos da companhia são usados em produtos que vão do mais recente leitor eletrônico Kindle da Amazon.com até os carros da Ford. Enquanto isso, a Mattel está incorporando tecnologia, inicialmente destinada a ajudar paraplégicos, a um jogo controlado pelos impulsos elétricos cerebrais dos jogadores.

Outras companhias deveriam considerar seguir no encaixe dessas iniciativas pioneiras, dizem consultores de inovação. "As companhias poderiam considerar a área de projetos para acessibilidade como uma oportunidade de vendas. A maioria das funções que já são acessíveis para os deficientes possuem grande valor para todos", diz Donald A. Norman, ex-vice-presidente da Apple para tecnologias avançadas, que chefiava um programa conjunto comercial e de engenharia na Northwestern University.

A integração dos deficientes tem uma longa história. Thomas Edison viu a sua invenção do fonógrafo como uma forma de abrir o mundo impresso aos cegos através da gravação de leituras de livros. Mais recentemente, o software de previsão de texto, os algoritmos que terminam as palavras que os usuários digitam em mecanismos de buscas ou no e-mail, teve suas raízes em tecnologias dirigidas para os deficientes.

A função VoiceOver da Apple pode ter sua origem rastreada ao fim da década de 80, diz Norman, quando a fabricante de computadores decidiu tentar incluir "acesso universal" na sua linha de PCs Macintosh. O termo é usado nos círculos de engenharia e de design para descrever bens de consumo, que vão de

tesouras a telefones celulares, produzidos de forma que pessoas de qualquer idade ou capacidade física possam usá-los. O VoiceOver tornou-se uma função padrão dos computadores Apple em 2006. Quando acionado, o Mac lê tudo realçado pelo cursor, desde textos da web até números num banco de dados, numa voz que soa normal.

Ao mesmo tempo em que o VoiceOver ajudou a ampliar o alcance da Apple aos deficientes visuais, ele também se tornou um gerador de inovação dentro da companhia.

Agora a tecnologia já se transferiu para o iPod Shuffle. Ao contrário dos seus irmãos de maior porte, o Shuffle é pequeno demais para ter uma tela para exibir informação sobre seu conteúdo de música. O modelo mais recente, lançado em março, contorna esse problema com um software que pode dizer que música está sendo tocada. O faturamento de vendas aumentou 51% na primeira semana do novo Shuffle na comparação com o lançamento do modelo anterior, diz o analista do Barclays Capital, Benjamin Reitzes. O preço baixo de US\$ 79 certamente foi parte do motivo. Mas muitos usuários se entusiasmarão com a interface de voz, indicando que a função também ajudou a popularizar o tocador de música.

A Apple acrescentou uma versão inversa do VoiceOver ao seu iPhone de terceira geração, lançado em junho, que permite aos usuários ditar ao telefone que execute funções, em vez de digitar comandos. Isso torna o dispositivo funcional para pessoas com deficiências visuais e outros tipos de deficiências, bem como para motoristas. "Alguns clientes necessitam de tecnologias de ajuda para pessoas com necessidades especiais, e outros querem comodidade", diz Greg Joswiak, vice-presidente da Apple para marketing de iPod e iPhone.

A demanda crescente por dispositivos que podem falar e receber comandos de voz se tornou uma benção para a Nuance Communications. A companhia fornece software de comando de voz para um número crescente de produtos, de PCs a telefones celulares. Através de uma sociedade entre a Ford e a Microsoft, chamada Sync, a Nuance também fornece tecnologia de comando de voz para dispositivos de navegação como GPS.

"Apesar de os portadores de deficiências não representarem uma porcentagem significativa dos nossos usuários atualmente, eles são os nossos maiores usuários sofisticados", diz Peter Mahoney, gerente geral da Nuance. "Eles nos ajudam a ser inovadores" no que diz respeito ao aprimoramento de produtos para o mercado em geral.

Outras companhias estão desenvolvendo tecnologia para ajudar deficientes auditivos. No Google, um engenheiro de software surdo, Ken Harrenstein, encabeçou a criação de uma ferramenta para legendar vídeos transferidos para o YouTube, do Google. Sua intenção original foi ajudar usuários surdos. Mas a companhia logo percebeu que o software também poderia ajudar a traduzir idiomas. Essa ideia conduziu no fim de 2008 a uma ferramenta de auto-tradução que permite às pessoas acrescentar legendas em 50 idiomas a vídeos do YouTube, aumentando o número de pessoas que podem assistir e entender os filmes.

A Mattel está levando o conceito da integração dos portadores de deficiências ao mercado de brinquedos. A companhia planeja lançar este mês o Mindflex, um jogo de US\$ 80 que incorpora tecnologia usada por pessoas gravemente incapacitadas para controlar dispositivos eletrônicos por meio da transferência de impulsos elétricos cerebrais via sensores. A Mattel licenciou a tecnologia de armazenagem de impulsos elétricos cerebrais de uma companhia de San Jose chamada NeuroSky. Para jogar, os usuários colocam na cabeça um dispositivo com sensores. Ao concentrarem os seus pensamentos no movimento, eles podem fazer um motor mover pequenas bolas de plástico por uma trilha de obstáculos sobre a mesa. Quando eles relaxam, os objetos param de se mover. A Mattel está apostando que a tecnologia se tornará a base para uma linha de jogos físicos controlados pela mente, com o Mindflex, inaugurando uma nova categoria para a indústria de brinquedos, diz Geoff Walker, vice-presidente sênior de marketing na companhia.

À medida que pioneiros impulsionam as vendas incorporando tecnologias antes confinadas a produtos para portadores de deficiências, outras companhias certamente as seguirão. Elas poderão se antecipar às demais, diz Tim Bajarin, presidente da consultoria de tecnologia Creative Strategies. "Há uma população que está envelhecendo e que necessitará de tecnologia mais fácil de usar. Para as empresas isso se torna uma vantagem competitiva." (Tradução de Robert Bámvölgyi)

Copyright © 2009 The McGraw-Hill Companies Inc.)

Lei n. 13.723, de 29 de setembro de 2009
(cessão de direitos creditórios = securitização)

MANIFESTO AO PÚBLICO EM GERAL

A ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP) e o SINDICATO DOS PROCURADORES DO ESTADO, DAS AUTARQUIAS, DAS FUNDAÇÕES E DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (SINDIPROESP) vêm a público manifestar sua oposição à Lei n. 13.723, de 29 de setembro de 2009, e alertam os investidores para os riscos do negócio jurídico almejado pelos mentores desse instrumento jurídico, engendrado especialmente para viabilizar a securitização da dívida ativa.

O objetivo da Lei n. 13.723/2009 é autorizar o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, os direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários parcelados, tanto na esfera administrativa quanto na judicial, à sociedade de propósito específico criada unicamente para essa finalidade, ou à Companhia Paulista de Parcerias (CPP), ou, ainda, a fundo de investimentos em direitos creditórios, constituído de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários.

A mencionada sociedade de propósito específico, que adotará necessariamente a forma de sociedade por ações com a maioria absoluta do capital votante nas mãos do Estado, será vinculada à Secretaria da Fazenda e terá por objetivo a estruturação e a implementação de operações que envolvam a emissão e a distribuição de valores mobiliários ou outro meio de obtenção de recursos no mercado de capitais. Tais operações terão como lastro os direitos creditórios originários dos parcelamentos administrativos ou judiciais dos créditos tributários e também dos não tributários.

Os títulos assim colocados serão resgatados à medida do recebimento, pela sociedade de propósito específico, da receita originária dos parcelamentos. Aqui, a primeira observação: o fluxo financeiro originário dos parcelamentos acima aludidos constitui lastro deveras inconsistente, pois o Estado não assume a responsabilidade pelo adimplemento do devedor.

Mais: como as operações de cessão de direitos creditórios que levam à securitização envolvem a transferência a terceiros de créditos tributários de titularidade do Estado de São Paulo, não é possível reconhecer a constitucionalidade desse instrumento jurídico.

Por definição, o crédito tributário é inalienável, indisponível e cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada, pelos órgãos específicos voltados para essa atividade, nas esferas administrativa e judicial.

A alienação do direito autônomo e supostamente de livre circulação no mercado, derivado do crédito tributário parcelado a longo prazo, dentro de generosos programas de incentivo, fere o princípio da igualdade, pois discrimina o contribuinte pontual, para favorecer o contribuinte inadimplente, meramente em razão de necessidade de caixa.

Com isso, violenta-se igualmente o princípio da capacidade contributiva, outro aspecto do princípio da isonomia tributária previsto no artigo 150, III da Constituição Federal. Nada justifica esse tratamento diversificado.

Na medida que a receita proveniente dos parcelamentos é cedida à sociedade de propósito específico, desrespeita-se a proibição de vinculação de que se ocupa o artigo 167, IV, da Constituição Federal; o procedimento criado dependeria da edição de emenda constitucional.

O Estado procura criar as condições para realizar operação de crédito, livre dos pejos do artigo 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n. 101/2000), que submete tais operações ao crivo do Ministério da Fazenda, justamente para que ele aquilate o respeito aos limites de endividamento. Mas, a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo, também é proibida (art. 36 da LRF).

No § 1º de seu art. 3º, a Resolução nº 43 do Senado equipara a operação de crédito, para proibi-la no art. 5º, I, o recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação.

As ponderações aqui apresentadas permitem que se conclua que a securitização de dívidas ativas não dispõe do necessário respaldo constitucional e, portanto, sujeita-se a questionamento judicial. As entidades signatárias deste manifesto envidarão todos os esforços para que o Poder Judiciário declare a inconstitucionalidade da Lei n. 13.723, de 29 de setembro de 2009.

IVAN DE CASTRO DUARTE MARTINS
Presidente da APESP

JOSÉ PROCÓPIO DA SILVA DE SOUZA DIAS
Presidente

www.ricardolei.com.br AQUISIÇÃO & VENDA DE EMPRESAS